



ATA DA REUNIÃO CONJUNTA APRECE/COSEMS-CE, realizada no dia 13 de agosto de 2018, no auditório da APRECE, sito a Rua Maria Tomásia, 230, bairro Aldeota, Fortaleza-CE, com o objetivo de tratar da demanda judicial que tramita na Justiça Federal, 6ª Vara e tem repercussão direta sobre os serviços de saúde, sobretudo para os hospitais do interior do Estado. A ação judicial, trata de uma demanda reprimida para cirurgias ortopédicas de alta complexidade (alto custo). Recentemente essa ação incorporou uma discussão sobre o desempenho dos municípios na produção de serviços de Média Complexidade, em razão ao baixo registro de produção MAC (Média e Alta Complexidade) nos sistemas SIA (Sistema de Informações Ambulatoriais) e SIH (Sistema de Internações Hospitalares) do SUS. Por conta disso, foi questionado judicialmente a necessidade de remanejar os recursos destes municípios como forma de suprir o excedente e as cirurgias que são realizadas nos hospitais de maior complexidade, especialmente no município de Fortaleza. Discutindo assim, a ideia de disparar um mecanismo denominado, “Câmara de Compensação”, onde os municípios que extrapolam o envio de pacientes para internação em outras cidades teriam que “pagar” o excedente. O presidente do COSEMS/CE, Josete Tavares, ressalta que, essa medida por si, já torna insustentável o funcionamento dos hospitais no interior, simplesmente pelo fato deles já estarem com um teto defasado desde 2008. “Se retirar hoje daquilo que já não fecha a conta (hospitais), sob o pretexto de não está registrando adequadamente os procedimentos, vai ficar inviável”. Com um auditório lotado, os presentes ratificaram a necessidade de ampliar essa discussão, levando em conta outros fatores, que não apenas o registro de produção, como por exemplo, a média de gastos com recursos próprios que os municípios dispensam, acima do piso de 15% previstos em lei; o crescimento populacional que contrapõe o não reajuste do teto MAC desde 2008; a defasagem da Tabela SUS em relação ao custo real dos serviços de saúde; o co-financiamento das Policlínicas e CEO's Regionais que os municípios mantém com recursos próprios e sob todo custo real de estrutura destes equipamentos, além da produção destes serviços que variam entre um e dois milhões e meio de procedimentos por ano, que estão computados no registro de “produção do Estado”, puxando para baixo o desempenho da “produção” dos municípios, reconhecendo as fragilidades das equipes locais em tecnologia da informação, a carência de apoio tanto do nível Estadual quanto do Ministério da Saúde para treinar as equipes municipais. Diante do exposto, foi tirado como encaminhamento a formação de um grupo técnico que estudará detalhadamente a problemática exposta na busca da formalização de uma proposta, para ser apresentada no dia 04 de setembro, na Reunião Ampliada Conjunta APRECE/COSEMS/SESA e SMS Fortaleza, agendada para Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP), com a presença da Juíza Federal responsável pelo caso. Sayonara Cidade, vice-presidente do COSEMS/CE, expõe que foi muito importante essa reunião. “Certamente na [reunião] de segunda-feira dia 20/09 nós vamos formalizar uma proposta para a Juíza, mostrando o que acontece dentro dos municípios, a assistência em saúde prestada a população e todo o déficit financeiro, para a partir deste ponto, possamos pedir apoio aos municípios na solicitação de recursos adicionais e não retirar o pouco que se tem”. Nesta Reunião Conjunta, contou-se com a presença de prefeitos, secretários municipais de saúde, procuradores jurídicos municipais, representação da secretaria executiva e



assessoria jurídica da Secretaria de Estado da Saúde, representação da Procuradoria Geral do Estado, cuja lista de presença segue constado em anexo a esta ata.

Nada mais havendo a relatar, Sousa eu, Rilson de Andrade, secretário de articulação do COSEMS/CE (SMS Quixelô), redigi a referida ata, lida e aprovada pelos seguintes:

- Josete Malheiro Tavares, presidente do COSEMS/CE (SMS Guaiuba)
- Sayonara de Moura Cidade, vice-presidente (SMS Aracati),
- Ângelo Luís Leite Nóbrega, diretor financeiro (SMS Jijoca de Jericoacoara).